

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020

Altera as Leis nº 13.819, de 26 de abril de 2019, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a notificação de ocorrências de violência, em especial quando referentes à automutilação e ao suicídio, por parte de estabelecimentos escolares aos Conselhos Tutelares.

Autora: Deputada REJANE DIAS

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei cuja finalidade é alterar a Lei de diretrizes e bases da educação nacional para tornar obrigatória a notificação ao Conselho Tutelar de ocorrências de violência, automutilação e o suicídio ocorridos nos estabelecimentos escolares. Além disso, o PL modifica a lei que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e Suicídio para envolver os estabelecimentos de ensino na promoção da notificação de eventos e no desenvolvimento e aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.

A autora justifica a sua iniciativa ao argumento de que

De acordo com a Professora Leila Tardivo, do Instituto da Universidade de São Paulo – USP, a automutilação está ligada a frustrações e depressão, segundo ela há jovens que publicam as lesões na internet e páginas que incentivam a prática. Além disso, a automutilação está ligada a Frustrações, à depressão. Os casos também podem vir após violência em casa, bullying e



abandono.1 Muitas escolas quando deparadas com o problema de autolesão, tentativas de suicídios, com susto excessivo ou banalização não sabem como agir. Temos que ter cuidado para não sobrecarregar o educador, mas fortalecê-lo para identificar e fazer ao menos o primeiro movimento ao encaminhar a notificação para o Conselho Tutelar do Município.

Não há apensos ao projeto original.

A proposição segue a tramitação ordinária, está sujeita à apreciação conclusiva e foi distribuída às Comissões de Educação; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Educação, em 13/04/2021, foi apresentado o parecer da Relatora, Dep. Professora Rosa Neide (PT-MT), pela aprovação. Em 28/04/2021, o referido parecer foi aprovado.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, com base no disposto na alínea “i” do inciso XXIX do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente;

De plano, vale ressaltar que a matéria objeto do projeto em epígrafe relaciona-se com o tema da criança e do adolescente, portanto, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da reforma legislativa.

A educação exerce papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Por um lado, prepara os indivíduos para o exercício da cidadania e os qualifica para o trabalho. Por outro, melhora a qualidade de vida da coletividade como um todo, pois promove o desenvolvimento econômico, a tolerância e a paz social.



Nesse diapasão, o processo educativo deve levar em consideração, não somente o ensino de conhecimentos formais, mas também de autênticos valores éticos e morais, baseados na dignidade da pessoa humana.

Surge daí a obrigação de o Estado intervir objetivamente, em certas circunstâncias, com o intuito de criar condições que assegurem a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, não pode o Estado, em especial o Congresso Nacional, quedar-se inerte diante da grande quantidade de automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados que ocorrem no meio estudantil.

O suicídio consumado ou tentado e a automutilação são tratados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como problemas de saúde pública.

O suicídio é mazela complexa e de causas múltiplas, cujos efeitos demandam uma atenção especial da sociedade. É uma das principais causas de morte em todo o mundo. Segundo a OMS, a cada ano mais de 700.000 pessoas se suicidam em todo o globo terrestre. O suicídio é a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos.¹

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, no período entre 2010 e 2019, houve um aumento na mortalidade por suicídio entre jovens menores de 19 anos. A taxa de mortalidade por 100 mil passou de 0,31 para 0,67 entre menores de 14 anos no período. Entre jovens de 15 a 19 anos, a taxa saiu de 3,52 em 2010 e alcançou o patamar de 6,36 em 2019.²

Diversos são os fatores que podem elevar o risco de automutilação ou de suicídio tentado ou consumado entre crianças e adolescentes. São eles: transtornos psíquicos, Bullying, violência familiar, abandono, abuso sexual, histórico de suicídio na família, baixa autoestima, uso de drogas ou álcool, discriminação e etc.

Nesse contexto, a escola se torna um ambiente propício para a promoção da saúde mental e prevenção do suicídio e da automutilação de

1 Suicide worldwide in 2019: global health estimates;
<https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>. Acesso em 02/05/2023.

2 Boletim epidemiológico n° 33 do Ministério da Saúde. Setembro de 2021.



nossas crianças e adolescente. É nesse sentido que aponta a presente reforma legislativa.

Assim, considerando a importância da escola na vida de nossos jovens, é de bom alvitre que os estabelecimentos de ensino promovam em conjunto com outros entes a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.

Ademais disso, é imprescindível que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tenham a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município as ocorrências e dados relativos a casos de automutilação, tentativas de suicídio e suicídios consumados envolvendo seus alunos.

Ressalte-se que a partir dessas notificações, os Conselheiros e Conselheiras Tutelares serão grandes aliados no enfrentamento desse problema de saúde pública, bem como podem ser os primeiros a atender crianças ou adolescentes com comportamento suicida ou de automutilação.

Assim, diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 270, de 2020.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-5514

